



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

PARECER DAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E TOMADAS DE CONTAS.

PARECER Nº 44/2023

PROJETO DE LEI Nº 45/2023

PROJETO DE LEI Nº 45/2023, QUE “INSTITUI COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL RESULTANTE DA DIFERENÇA REMUNERATÓRIA DO PISO SALARIAL NACIONAL DA ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei em epígrafe, do Prefeito Municipal, visa instituir a complementação salarial resultante da diferença remuneratória do piso nacional da Enfermagem.

PARECER:

O presente Projeto de Lei está redigido em linguagem parlamentar e obedece à boa técnica legislativa.

Seu objetivo é instituir a complementação salarial resultante da diferença remuneratória do piso salarial nacional da Enfermagem, definido no artigo 15 – C da Lei federal nº 7.498, de 25 de junho de 1986.

Conforme consta no escopo do projeto, o pagamento será calculado de acordo com a carga horária cumprida pelo profissional e concedida mensalmente de acordo com o valor repassado pelo Governo Federal. O projeto também estipula que, caso o Governo não repasse o valor, a complementação não será concedida.

De igual maneira a justificativa do projeto informa que:

“a) a implementação da diferença remuneratória resultante do piso salarial nacional deve ocorrer na extensão do quanto disponibilizado, a título de assistência financeira complementar, pelo orçamento da União (art. 198, §§ 14 e 15, da CF, com redação dada pela EC nº 127/2022);

b) eventual insuficiência da assistência financeira complementar instaura o dever da União de providenciar crédito suplementar mediante cancelamento, total ou parcial, de dotações de seu orçamento tais como aquelas destinadas ao pagamento de



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária destinadas a ações e serviços públicos de saúde (art. 166, § 9º, da CF) ou direcionadas às demais emendas parlamentares (inclusive de Relator-Geral do Orçamento Federal). Não sendo tomada tal providência, não será exigível o pagamento por parte dos entes.”

Ademais, conforme ADI nº 7222 e entendimento da Advocacia Geral da União, ficou consignado que o piso salarial se refere à remuneração global, e não ao vencimento-base, correspondendo ao valor mínimo a ser pago em função da jornada de trabalho completa, podendo a remuneração ser reduzida proporcionalmente no caso de carga horária inferior a 8 (oito) horas por dia ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais.”

Após reunião destas comissões junto à Secretária Municipal de Saúde, foi verificado que:

- o valor depositado na conta do município para a complementação do piso da enfermagem, até o momento, alcança apenas os funcionários da UBS do Taboão, uma vez que é gerida apenas pelo município que teve o valor depositado diretamente em caixa. No caso do Hospital e da UBS Octaviano Nardy, estes terão que aguardar o repasse do Estado;
- o cálculo da complementação segue padrão federal e serão levados em conta para o pagamento os benefícios e gratificações que os servidores recebem, havendo diferença entre os benefícios permanentes e temporários e que as informações dos vencimentos e remunerações de todos os enfermeiros foram encaminhadas ao sistema do Governo e este faz as avaliações e cálculos;
- o pagamento da complementação aos enfermeiros depende de repasse da União e Estado. Caso não haja repasse, o município não tem a obrigação de continuar pagando com recurso próprio;
- os pagamentos serão retroativos aos meses de maio a agosto deste ano.

Ainda durante a Reunião de Comissão foram levantados questionamentos acerca da despesa patronal, que deverá ser arcada pelo município. O contador da Prefeitura informou, via telefone à assessoria jurídica, que a assessoria contábil – Planejar – disse não ser necessário impacto orçamentário, uma vez que não é obrigação continuada. Assim, os vereadores ficaram cientes que o município tem a obrigação de arcar com as despesas patronais, devendo fazer, se for o caso, a suplementação por Decreto (caso haja margem) ou o envio de projeto de lei autorizando a suplementação.

CONCLUSÃO:




CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

Face ao exposto concluímos baseados no Parecer Jurídico que o Projeto é plenamente regular e legal, não havendo empecilhos para sua aprovação pela Câmara.


Manoel Carlos de S. Abbud
Relator


Erivelton Rodrigues da Silva
Relator

Manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação:
Aprovamos o Voto dos Relatores, transformando-o em Parecer desta comissão.


Erivelton Rodrigues da Silva
Presidente


Eliana Maria Nunes
Membro

Manifestação da Comissão de Finanças, Orçamentos e Tomadas de Contas:
Aprovamos o Voto dos Relatores, transformando-o em Parecer desta comissão.


Alessandro de Almeida Hardy
Presidente


Mateus Carvalho Vitoriano
Membro

Bom Jardim de Minas, 28 de setembro de 2023.